

AO SERVIÇO DO POVO
VENCEREMOS

PARA UMA CORRECTA
COMPREENSÃO DA QUESTÃO
COLONIAL NA ACTUAL
SITUAÇÃO POLITICA

CADERNO CULTURAL
edição de apoio à LISTA B

Na época do imperialismo, assiste-se á procura desenfreada de fontes de matérias primas pelas potências capitalistas, o que leva estas a fazer guerras de rapina, para a apropriação das riquezas naturais e para a exploração da mão de obra barata dos povos colonizados. Desde cedo que os territórios africanos têm sido presa apetecida do imperialismo mundial, que ininterruptamente os têm disputado e submetido ao seu controle e hegemonia.

Essa corrida ás colónias com a consequente partilha do mundo por um pequeno número de potências capitalistas é particularmente nítida na segunda metade do séc. XIX. É neste período que tem lugar a célebre conferência de Berlim de 1885 em que se institucionalizou a divisão da África pelos países que nessa altura disputavam a sua supremacia sobre o resto do mundo.

Após a realização desta conferência, face ao fraco desenvolvimento das suas forças produtivas e á ameaça da perda do domínio sobre os territórios africanos, Portugal vê-se na necessidade de impôr a sua dominação política, ocupando militarmente esses territórios.

Assim se intensifica a opressão e a escravização dos povos coloniais sob o domínio português.

A mão de obra nativa continua a ser o factor número um das explorações agrícolas e industriais, paga com salários de miséria ou submetida a trabalhos forçados, a que se impõe vertiginosos ritmos de trabalho. No campo do comércio, a regra geral é a da troca desigual: para se impingir mercadorias que nos países "evoluídos" já não encontram escoamento, obriga-se os africanos a pesadas retribuições, traduzidas na expoliação dos seus recursos naturais.

Para a manutenção deste estado de coisas, para a perpetuação da exploração colonial, a burguesia colonialista portuguesa só podia encontrar uma saída: = intensificação da sua política de terror sobre as populações africanas á mínima tentativa de justa revolta por parte destas, o completo obscurantismo em que pretendia manter estes povos.

A medida que se agudizavam as contradições entre exploradores e explorados, mais firme era a disposição destes em derrubar o inimigo, por maior força que ele aparentasse.

Mas a exploração e opressão colonialistas não podiam durar eternamente. Em 1961, o glorioso povo de Angola decidiu pegar em armas e iniciar a luta pela libertação do seu país do jugo colonialista, no que foi seguido pelos povos irmãos da Guiné - Cabo Verde e Moçambique.

No decurso de todos estes anos de luta armada os povos coloniais foram melhorando a sua compreensão da verdadeira natureza da guerra colonial-imperialista que lhes era movida, foram consolidando a sua unidade em torno dos justos objectivos políticos definidos pelas suas vanguardas revolucionárias: os movimentos de libertação.

Nas zonas libertadas, os povos da Angola, Guiné-Cabo Verde e Moçambique vão construindo uma sociedade nova, em que as largas massas populares participam activamente na produção a favor de todo o Povo, levam a cabo um combate colectivo contra as ideias erradas do passado, que pretendiam subjugar os povos das colónias e os impediam de construir por si mesmos o seu próprio destino, livres de toda a exploração e opressão.

Desesperado, o colonialismo português perpetrava crimes monstruosos e chacinas sobre as populações como foram o assassinato de Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral e os massacres de Wiriyamu e Inhamitanga, tentando desesperadamente fugir à inevitável derrota e à expulsão daquelas zonas que a sua pata criminosa ainda controla.

Mas toda esta política criminosa do imperialismo e do colonialismo só serviu para aumentar a determinação dos povos africanos em intensificar a sua luta até à libertação total dos seus países.

Compreendendo claramente a sua total incapacidade em travar a luta armada dos povos coloniais no caminho da vitória final prestes a ser alcançada, face à crescente solidariedade activa demonstrada pelo povo português em relação aos povos coloniais, traduzida em constantes acções de rua de oposição à guerra colonial, cada vez mais isolada a nível internacional, a burguesia portuguesa é obrigada a mudar de tática na sua tentativa de manter sob o seu domínio os países africanos.

Após o golpe de estado de 25 de Abril todas as facções da burguesia representadas no actual Governo Provisório se dão as mãos no sentido de descobrir a melhor fórmula que permita ao mesmo tempo defender da melhor maneira os seus interesses de classe e fazer crer aos povos coloniais e ao povo português que a sua intenção é a de salvaguardar os legítimos interesses desses povos à autodeterminação e à independência.

Fala-se então do entabulamento de negociações com os movimentos de libertação, de que são principais arautos Mário Soares e Álvaro Cunhal, mas em contrapartida nada se diz acerca do reconhecimento do direito desses países à separação completa e à total independência dos seus territórios.

A continuação dos embarques para as colónias é justificada através da fórmula "missão de paz", exigindo-se que os movimentos de libertação deponham as armas, pois que para manter a "ordem" lá estará o exército colonialista português. Mas afinal que quer dizer tudo isto? Não terão os países africanos os seus próprios exércitos populares? Acaso irá o exército português combater ao lado dos povos das colónias na defesa da sua integridade territorial, na construção duma sociedade nova, liberta da exploração e da miséria, na liquidação completa do colonialismo e do imperialismo? A missão das tais "forças da paz" de que falam reformistas e revisionistas não é mais do que a defesa dos interesses das minorias exploradoras das colónias, ciosas de defender a todo o custo os seus lucros e a exploração dos recursos naturais nesses países.

Preendendo arrastar os movimentos de libertação para a deposição das armas e para a participação no jogo das eleições, intenta a burguesia portuguesa uma derradeira tentativa para manter a sua dominação sobre esses países e perpetuar a exploração e a opressão sobre esses povos.

Em relação a tudo isto já os Movimentos de Libertação se pronunciaram duma forma perfeitamente clara e inequívoca. Samora Machel, logo após o 25 de Abril declarou que "não existe fascismo liberal nem colonização democrática" e mais recentemente a Frelimo afirmou abertamente que apenas está interessada em negociar "o mecanismo que conduza á independência".

Também o M.P.L.A., referindo-se á continuação dos embarques para as colónias, afirmou "a chegada recente de alguns batalhões de reforços á Cabinda, juntamente com grande número de tanques e navios de guerra, não trará nenhuma solução para o problema angolano".

Contra as posições neo-colonialistas defendidas no programa do Governo Provisório, apoiadas por reformistas do Partido "Socialista" Português e por revisionistas do Partido "Comunista" Português, os movimentos de libertação definem de uma forma clara qual o verdadeiro caminho para a paz: o reconhecimento dos povos coloniais á separação completa e independência total para os seus países.

Os estudantes progressistas portugueses, reconhecendo os movimentos de libertação como os legítimos representantes dos povos coloniais, devem aceitar as directrizes traçadas pelas vanguardas revolucionárias desses povos, e apoiar activa e incondicionalmente a sua luta pela independência nacional, até á libertação total dos seus países do jugo do imperialismo e do colonialismo.